

AEC'S-Relatório intercalar

Relatora

Maria Emília C. Bigotte de Almeida



Enquadramento

- *Exigências sociais não dão às famílias o tempo necessário para estar com as crianças: os Pais, ao entrarem no jogo do mercado produtivo, sentem cada vez mais dificuldade em conciliar família e trabalho, não tendo por conseguinte possibilidade de acompanhar e de se emocionar com as etapas de desenvolvimento dos seus filhos, para as quais é preciso tempo, sem ritmo certo e sem pressa.*



Enquadramento

- *O grande vazio legislativo existente na componente de apoio à família no 1º ciclo associado à crescente preocupação social que pressionava as escolas a organizarem-se de forma a responder eficazmente às necessidades impostas por uma nova realidade familiar, empurrou docentes, autarcas, Associações de Pais e Instituições de Solidariedade Social a colmatar as lacunas existentes*



Enquadramento

- *Face a uma incapacidade comprovada da escola na gestão do currículo, a monodocência propicia adicionalmente a exclusão dos alunos relativamente ao conhecimento e à cultura, uma vez que cada docente sobrevaloriza áreas do currículo onde se sente mais seguro e cientificamente mais capaz, em detrimento de outras onde a sua preparação se revela mais debilitada, constatando-se um certo distanciamento entre os objectivos e o conjunto de competências que se consideram essenciais que os alunos adquiram*



Enquadramento

- *Uma iminente iliteracia manifestada pelos estudos do PISA a par da preocupação que alguns pais têm em manter os seus filhos ocupados nos períodos em que não têm aulas, do não concretizado “Prolongamento de horário” e do sucesso do Programa de Generalização do Inglês*
 - *levaram o Ministério da Educação a exigir um horário de funcionamento alargado para todas as escolas do 1º ciclo, permitindo, em regime facultativo, que as crianças passassem a ter um conjunto de actividades de enriquecimento curricular, como inglês, ensino da música, actividade física e desportiva, entre outras*



Sobre o despacho

- *As medidas preconizadas no despacho dão consistência a um processo há muito reclamado pelo Movimento Associativo de Pais que permite dar às famílias a resposta social indispensável na conciliação entre vida familiar, profissional e escolar, concedendo aos pais um tempo de presença efectiva e afectiva, necessário ao desenvolvimento da criança*



Sobre o despacho

- *O despacho ao evidenciar que o alargamento e a generalização da escola a tempo inteiro são fundamentais para tornar os horários dos estabelecimentos de ensino mais compatíveis com as necessidades das famílias, proporcionando novas oportunidades de aprendizagem aos alunos deste nível de ensino assume de forma inequívoca o que já anteriormente a legislação plasmava, desde a Lei de Bases do Sistema Educativo ao Diploma de Autonomia e Gestão das Escolas: a escola como um espaço de aprendizagem inserido na sociedade.*



Sobre o despacho

- *Um dos objectivos do despacho é atribuir às escolas uma margem de autonomia capaz de lhes permitir gerir as dez horas semanais de prolongamento de horário, tirando partido dos recursos existentes a nível local, nomeadamente de escolas de dança, teatro ou música, clubes recreativos ou associações culturais.*
 - *Esta orientação, viabiliza um modelo, também já há muito reclamado pelas Associações de Pais, que permite conceber a Escola como um **espaço de cultura ao serviço das famílias e da comunidade.***



Sobre o despacho

- *O despacho enriquece o seu antecessor permitindo o financiamento de novas actividades, garantindo que a escola pública seja capaz de responder a novos desafios diversificando ofertas extracurriculares que contribuem, não só para a ocupação dos tempos livres das crianças mas, principalmente, para a sua formação pessoal e integral.*



Sobre o despacho

- *Mantendo-se a gratuidade das actividades implementadas, a inserção de novas áreas de conhecimento permite que todos os alunos possam aceder a um conjunto de novos saberes e experiências e elimina de vez o factor de exclusão na frequência de actividades de enriquecimento curricular, estas manifestamente comprovadas como um factor importante no desenvolvimento integral das crianças.*



Sobre o despacho

- *Simultaneamente, ao colocar na Escola a responsabilidade da supervisão pedagógica das actividades de enriquecimento curricular, prevendo, em toda a sua extensão, a interligação da implementação destas actividades com o Projecto Educativo do Agrupamento, com os educadores e professores titulares de turma ao nível da planificação e desenvolvimento das actividades, estão ultrapassadas eventuais situações de sobreposição com as actividades curriculares.*



Sobre o despacho

- *Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico e a necessidade de consolidar e reforçar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino o Despacho elege as autarquias como parceiros preferenciais na implementação da “Escola a Tempo Inteiro”.*



Sobre o despacho

- *Este envolvimento, quase que “obrigatório”, das autarquias abriu o caminho para que os principais responsáveis pelo investimento nestas áreas assumissem de forma inequívoca os seus deveres pretendendo trazer finalmente para este plano as entidades que, de uma vez por todas, há muito deveriam ter assegurado as condições necessárias ao bom funcionamento das escolas de 1º Ciclo/II.*
 - *A CONFAP assumiu desde há muito a importância daquele nível de ensino e a urgência de no mesmo serem efectuados investimentos que garantissem o sucesso de todos os alunos.*



Sobre o despacho

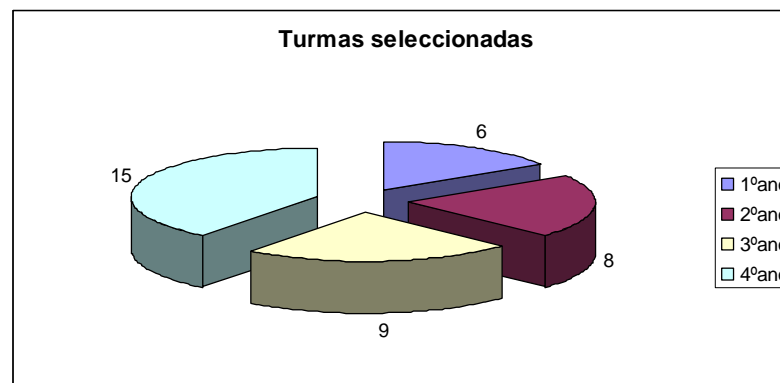
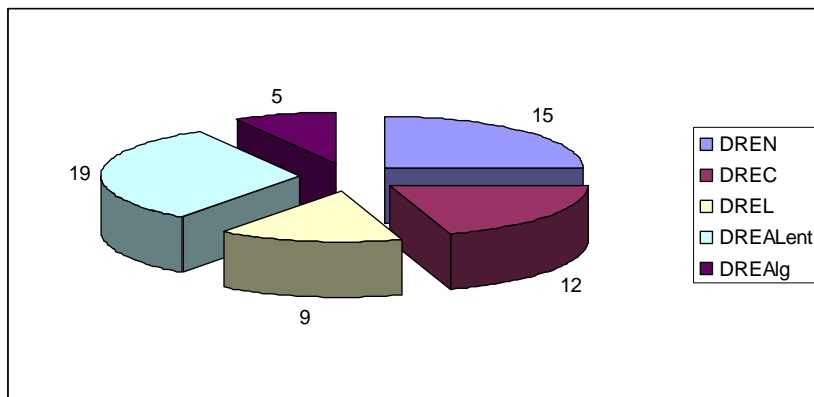
- *O despacho pretende ainda salvaguardar a qualidade da oferta já existente e a racionalização de meios físicos e humanos, evidenciando como parceiros da escola pública as Associações de Pais e demais entidades que, ao longo dos anos, desenvolveram um trabalho reconhecido pela comunidade e de substituição dos responsáveis pela prestação de serviços de apoio social à família e asseguraram, simultaneamente, o desenvolvimento de actividades lúdico-pedagógicas que contribuíram para o crescimento da criança.*



Sobre o despacho

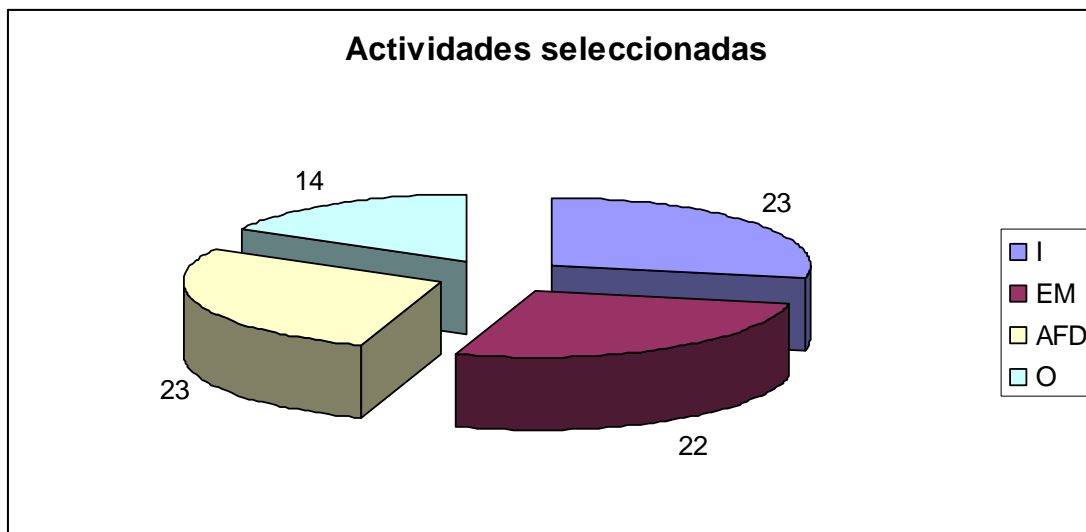
- *Perspectivava-se assim com este despacho a consecução de uma das competências atribuídas na lei das Associações de Pais que considera de reconhecimento especial a organização de actividades de enriquecimento curricular no âmbito do prolongamento de horário e da escola a tempo inteiro (art 15ºA-lei 29/06 de 4 de Julho).*

Análise das visitas



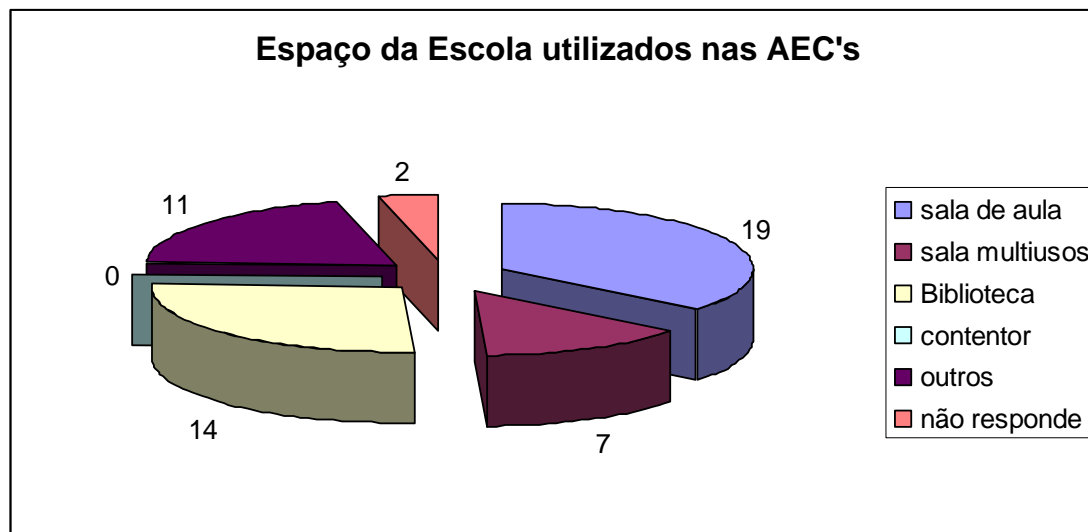
Das 56 visitas efectuadas pela CAP, somente se reuniram **23** guiões de acompanhamento, pelo que o tratamento de dados que se apresentará não confere a representatividade desejável à análise pretendida.

Análise das visitas



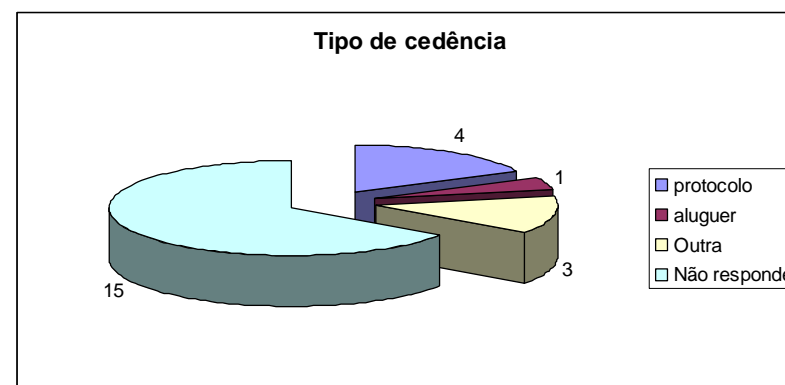
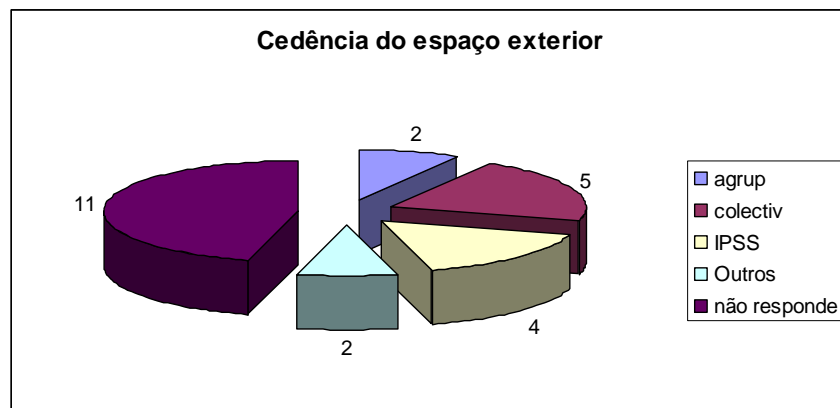
Quase a totalidade das escolas visitadas seleccionaram as três actividades de eleição do despacho, as que proporcionam o pagamento de 250 euros por aluno. A excepção verificou-se na troca do Ensino da Música com Outra Actividade. A escolha de Outras Actividades pode ser justificada na sua selecção para os 1º e 2ºs anos de escolaridade, em alternativa ao Inglês.

Análise das visitas



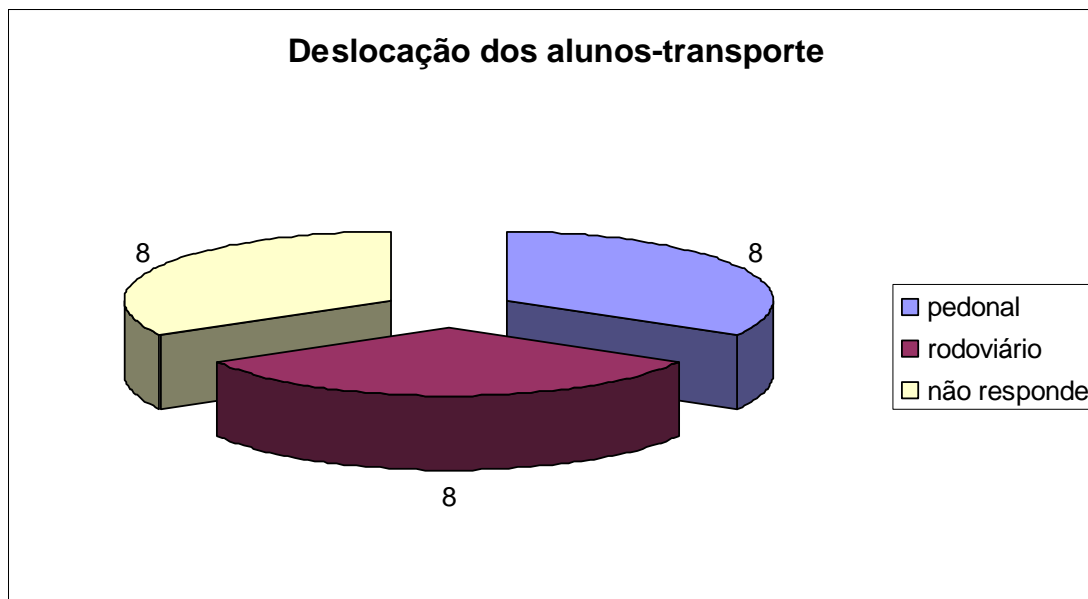
As actividades são desenvolvidas sobretudo nas salas de aula, evidenciando-se aqui uma predominância deste registo nas escolas de regime normal

Análise das visitas



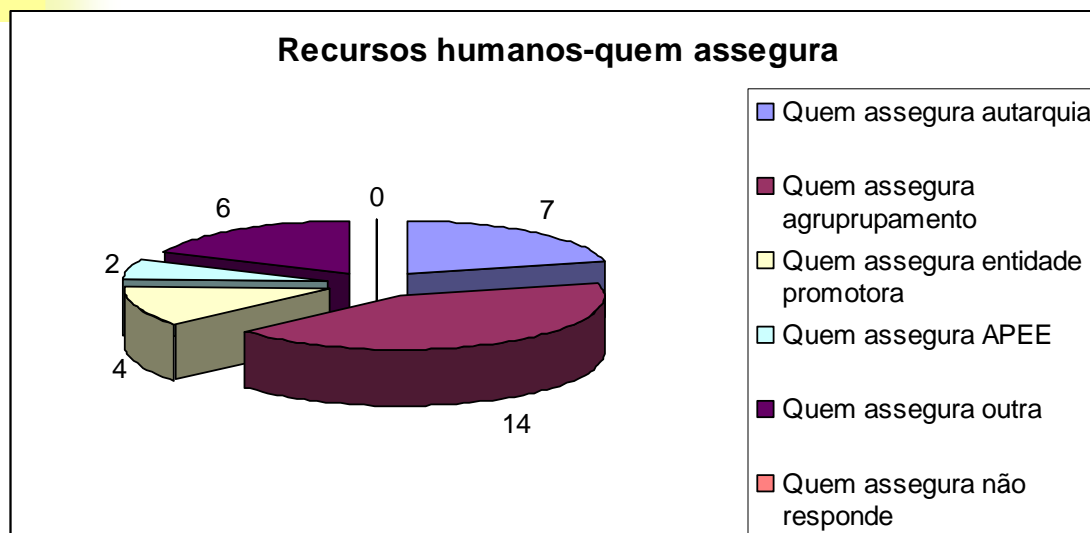
Relativamente aos outros espaços ocupados são referidas salas exteriores à escola, cedidas pelo Agrupamento ou por instituições parceiras neste programa. A ausência de resposta em 11 relatórios corresponde a situações onde a escola dispõe de espaços para desenvolver as actividades de enriquecimento curricular

Análise das visitas



A ausência de respostas (8) corresponde aos casos em que as actividades de enriquecimento curricular se desenvolvem nas salas de aula, o que revela a não necessidade de deslocação dos alunos para espaços exteriores.

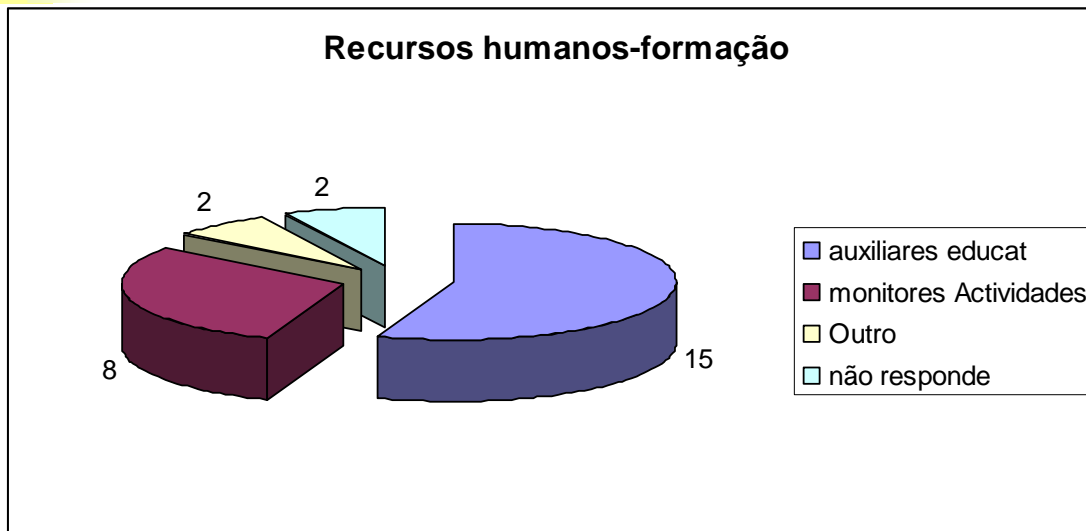
Análise das visitas



Facilmente se constata que os recursos humanos foram na sua grande maioria assegurados pelos agrupamentos, mesmo sendo as Câmaras Municipais as promotoras do programa de enriquecimento curricular

Entidades executoras do programa de enriquecimento curricular que simultaneamente asseguram a componente de apoio à família evidenciam uma maior capacidade de resposta

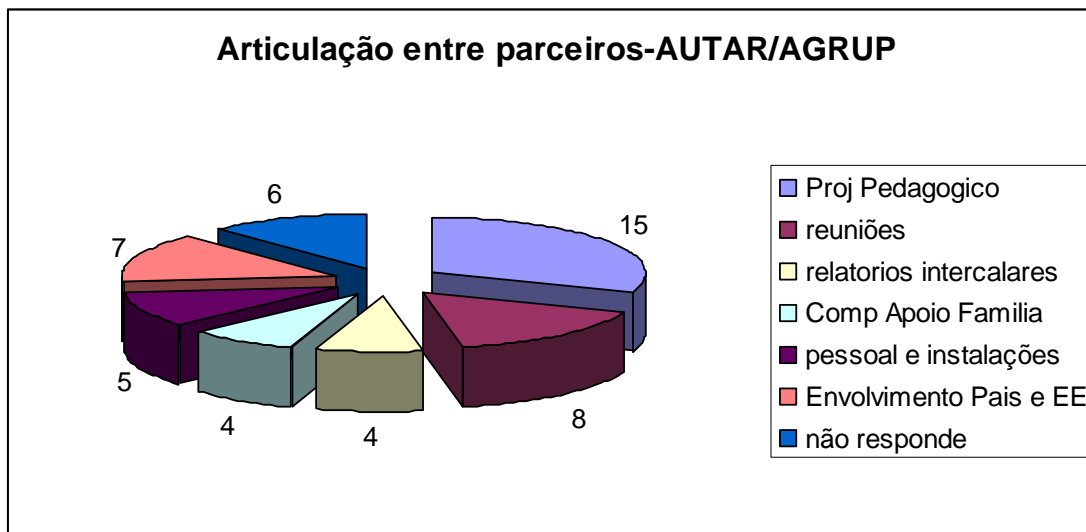
Análise das visitas



São auxiliares de acção educativa, resultado que se compreende dado que na maioria dos casos observados foram os Agrupamentos que cederam os recursos humanos.

Observa-se também que nos casos em que os recursos de apoio não são auxiliares educativos, as escolas desenvolveram Outras Actividades pelo que se poderá depreender uma optimização da rentabilidade laboral

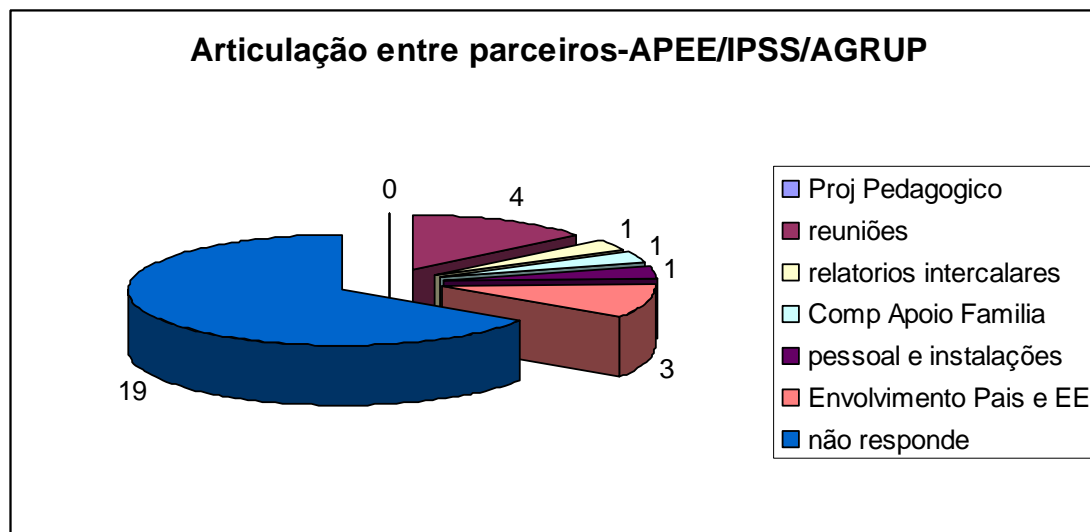
Análise das visitas



A articulação da parceria definida entre as Autarquias e os Agrupamentos evidencia sobretudo uma integração com o Projecto Pedagógico relegando para um plano secundário a Componente de Apoio à Família

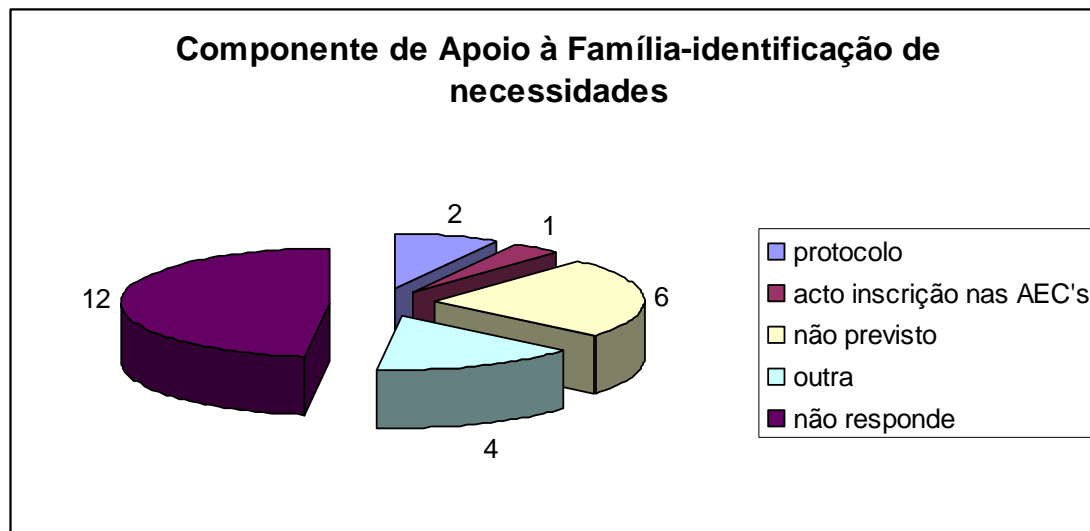
A ausência de respostas neste item em 6 guiões refere-se a situações em que existem outros parceiros pelo que a análise se enquadrará no quadro seguinte.

Análise das visitas



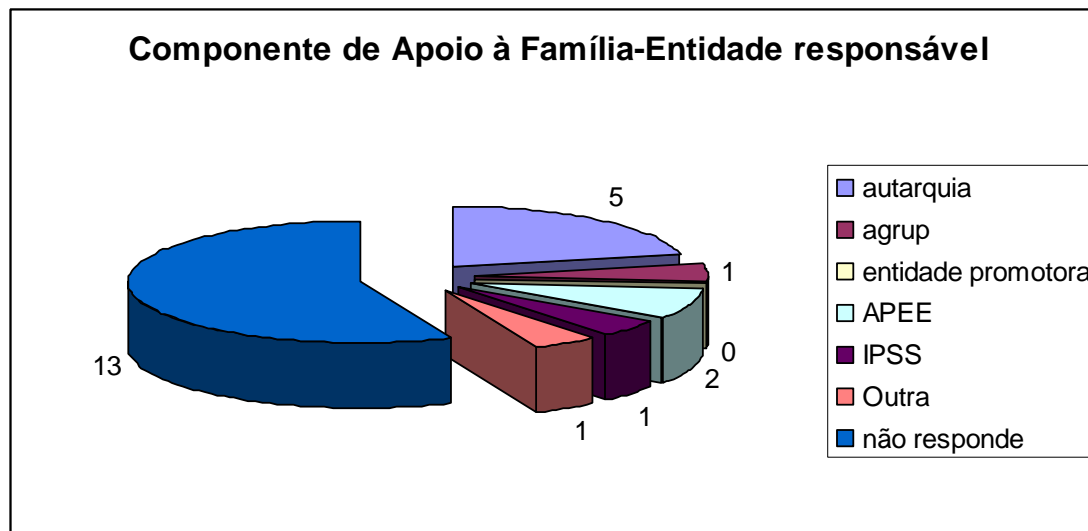
A ausência de 19 respostas a este item é o sinal claro de uma **ausência de envolvimento de outros parceiros que não os promotores das actividades**, uma vez que as respostas neste item coincidem à exclusão da análise inserida no ponto anterior.

Análise das visitas



A ausência de respostas(12) a esta questão, associada à não prevista identificação de necessidades(6) levanta-nos algumas dúvidas relativamente à forma como possa ter sido abordada a temática quer a nível das mesas redondas quer na própria implementação do despacho, uma vez que reside a dúvida entre a ausência de estratégias que permitam a conciliação vida familiar, profissional e escolar e as suas reconhecidas reais necessidades.

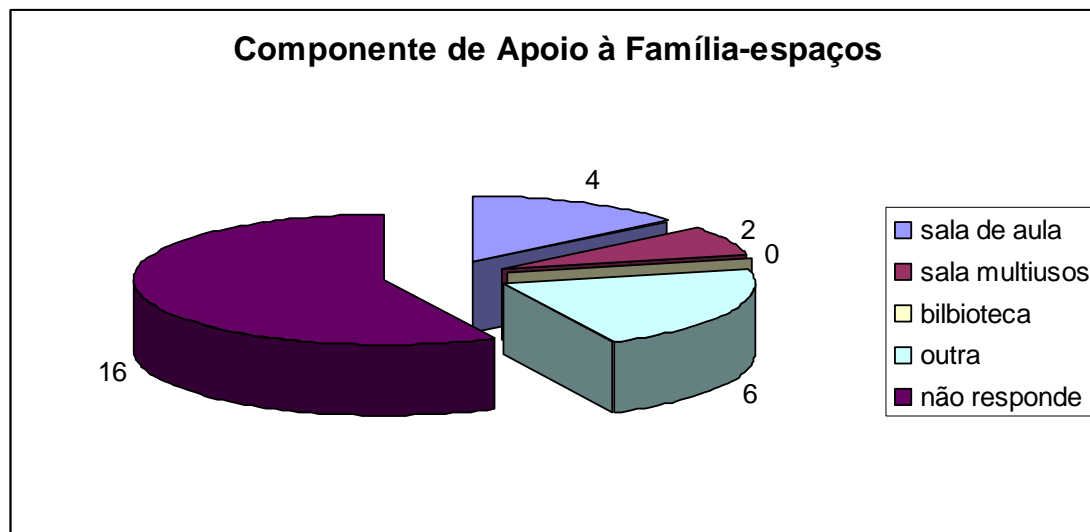
Análise das visitas



4 respostas a este item coincidem com identificação de necessidades não previstas contempladas no quadro anterior pelo que mais uma vez reforça a existência de falta de informação e de atenção a esta questão.

Somente em 3 casos (de 10 respostas válidas) é que a entidade promotora das AEC's entregou externamente a responsabilidade da organização desta componente o que poderá ser um indicador para a aferição do modelo para o próximo ano lectivo, se conjugadas com uma avaliação séria da qualidade da resposta social encontrada

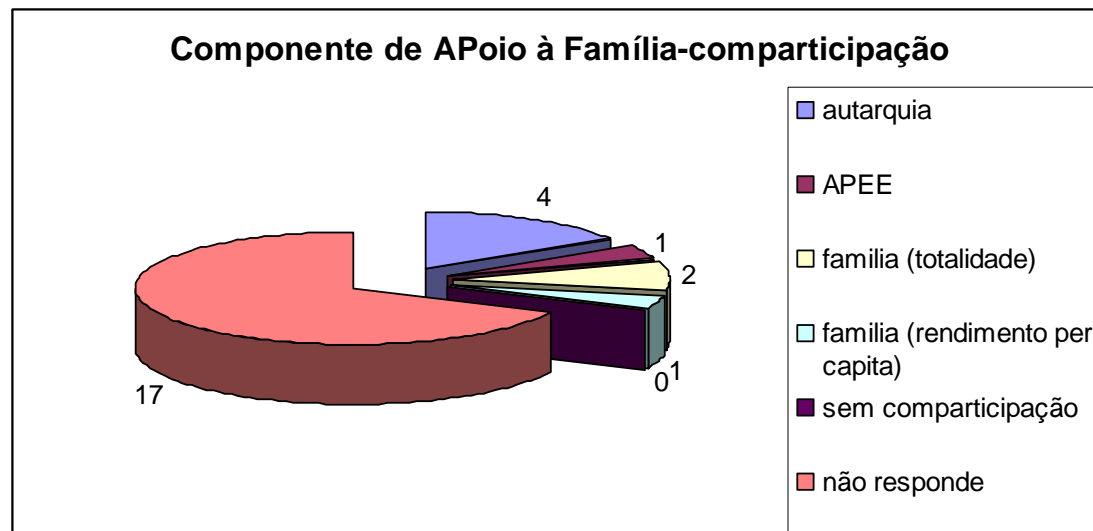
Análise das visitas



A ausência de respostas (16) corresponde a uma mesma situação evidenciada nos itens anteriores sendo que nos 3 casos não coincidentes o inquirido não estabelece qualquer justificação para o facto.

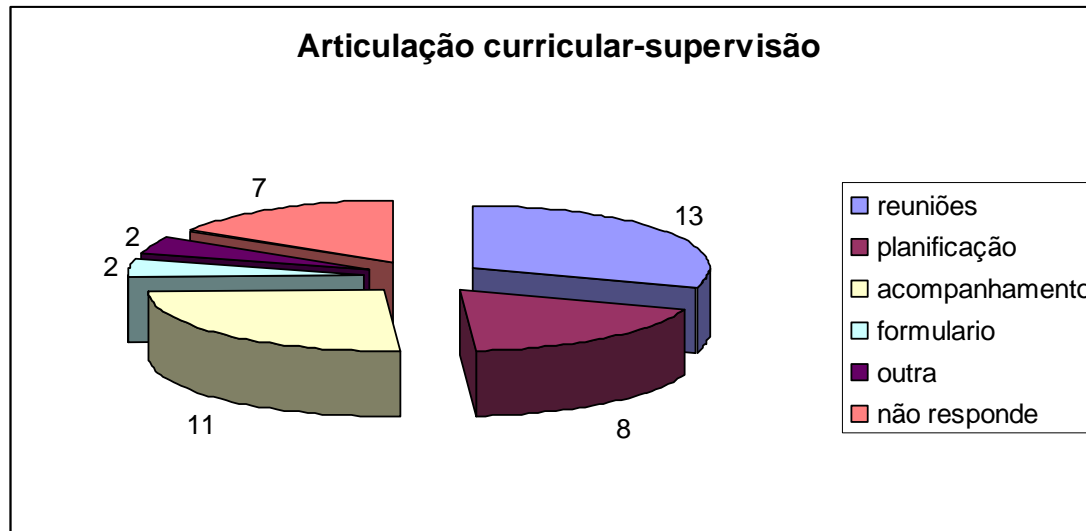
Adicionalmente não se consegue encontrar uma correlação, com a justificação inerente, entre a diversidade e as características dos espaços encontrados para desenvolver a componente de apoio a família e, por exemplo o regime de funcionamento da escola ou o tipo de entidade promotora das AEC's.

Análise das visitas



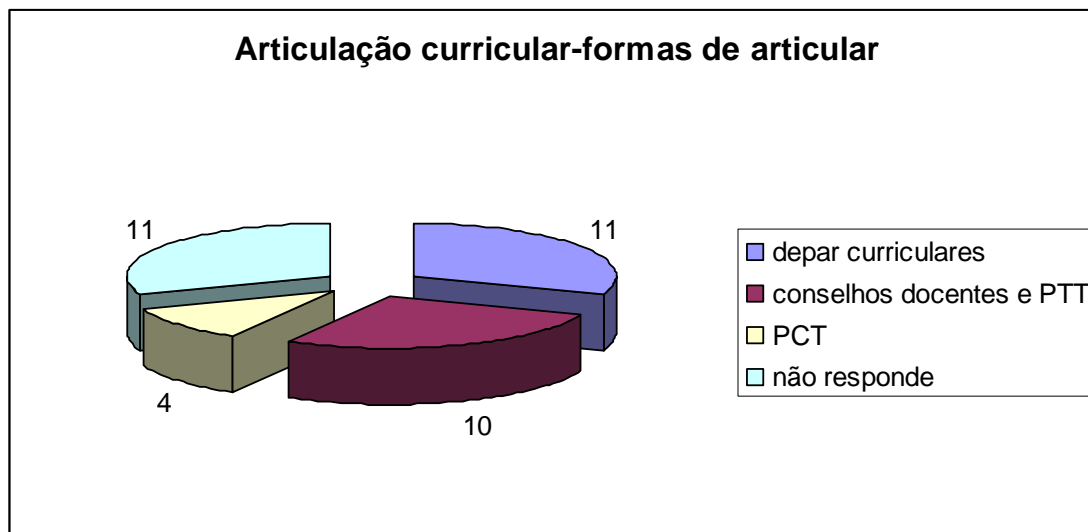
Realização de um estudo mais pormenorizado incidente sobre a componente de apoio à família que conduza a dados mais concretos, efectuando nomeadamente uma análise comparativa entre escolas em regime de funcionamento duplo e normal, bem como escolas de periferia e urbanas. Este estudo poderia cruzar com os dados fornecidos pelas várias cartas educativas, já homologadas, permitindo um diagnóstico mais fidedigno das razões subjacentes às políticas locais definidas para o encerramento de escolas e, conseqüente, transferência dos alunos para escolas pólo.

Análise das visitas



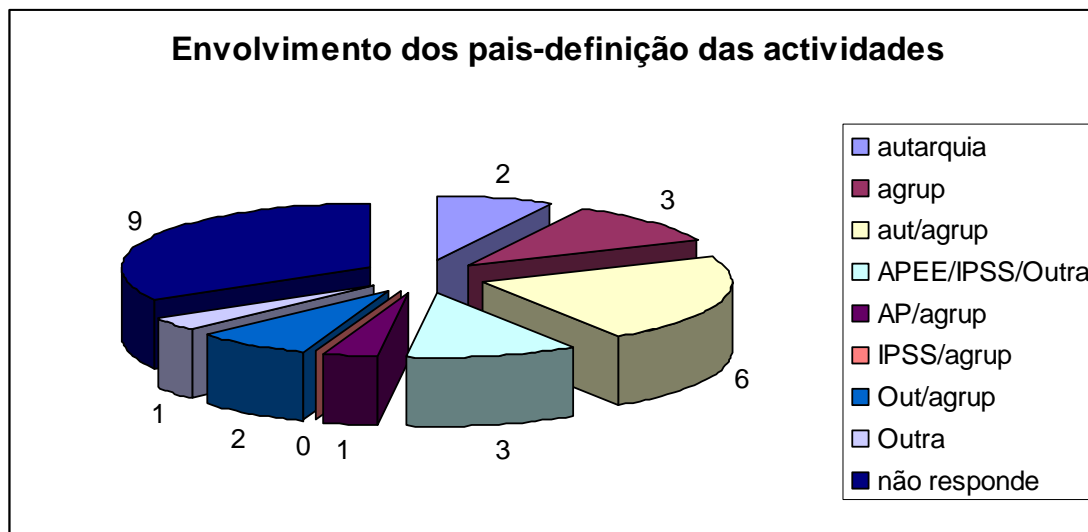
Majoritariamente a articulação curricular é feita através de reuniões e por acompanhamento da actividade pelo Professor Titular de turma

Análise das visitas



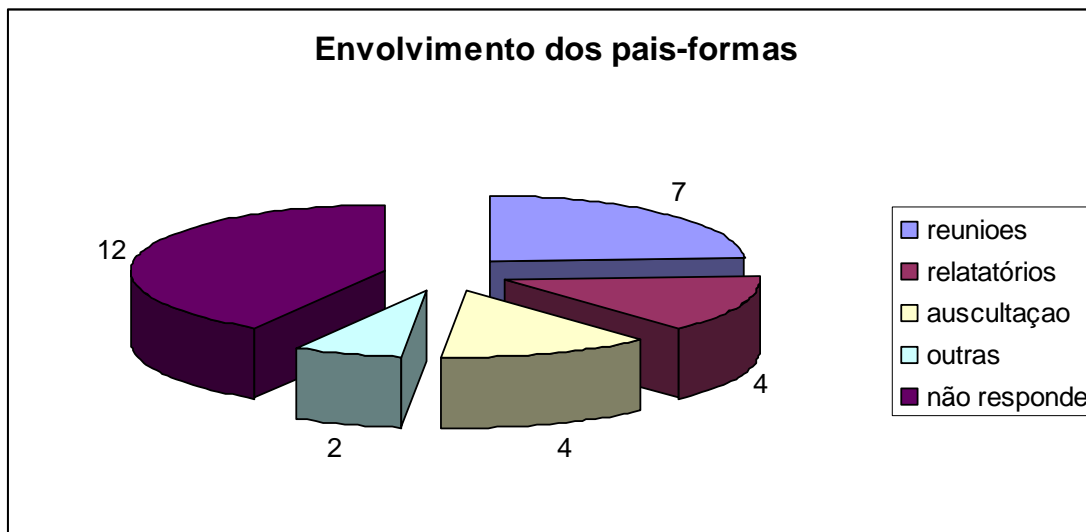
A ausência de 10 respostas a este item poderá demonstrar uma falta de cultura de reflexão e articulação entre docentes do mesmo nível de ensino e/ou de níveis diferentes. Esta evidência é corroborada pela constatada ausência de estratégias de articulação vertical e horizontal demonstradas na realização dos conselhos pedagógicos e assembleias de escola

Análise das visitas



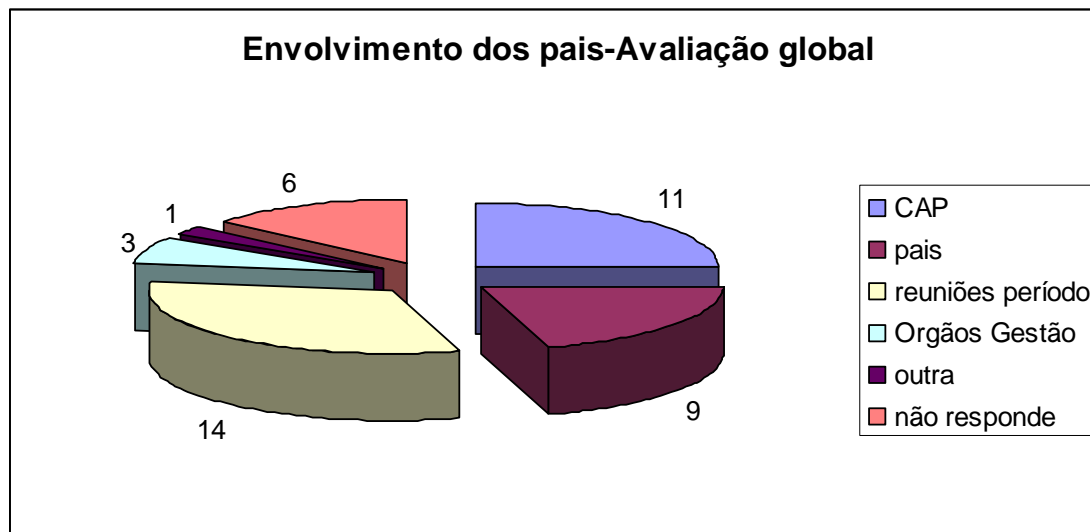
As actividades foram sobretudo seleccionadas pelo agrupamento e/ou autarquia, tendo-se registado contudo 9 ausências de resposta o que poderá significar a não existência de informação ou a falta de clareza quanto à atribuição do(s) responsável(eis) pela escolha do programa de enriquecimento curricular.

Análise das visitas



A forma mais comum de envolver as famílias foi identificada com as tradicionais reuniões. No entanto a ausência de 12 respostas revela uma falta de informação sobre as formas como os pais estão a ser envolvidos no processo.

Análise das visitas



Quanto à avaliação das actividades de enriquecimento curricular verificou-se a existência de instrumentos de avaliação em somente 6 casos. Os pais são envolvidos no acompanhamento do processo através da participação em reuniões periódicas.




Conclusões

- *A necessidade evidenciada no despacho de envolver cada comunidade educativa na organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais, ao ficar relegada para um segundo plano, não teve acautelado um processo de avaliação do trabalho efectuado, ao longo dos anos, pelos parceiros já existentes, face à existência de um período exíguo na implementação do despacho. Note-se que a candidatura foi elaborada de 16 de Junho a 15 de Agosto para dar início ao programa a 15 de Setembro de 2006*



Conclusões

- *Foi constatado que a escolha das actividades foi efectuada em função da comparticipação financeira prestada pelo Ministério da Educação e não de acordo com as reais necessidades do público-alvo.*
- 



Conclusões

• *Adicionalmente, a possibilidade destas actividades de eleição, nas áreas das expressões (física/desportiva e musical), poderem ser desenvolvidas para além dos tempos curriculares vieram dar resposta, por um lado, a uma dificuldade comprovada na gestão do currículo do 1º ciclo associada à monodocência e por outro, à exigência de cumprimento de tempos lectivos mínimos decretados recentemente para a leccionação da Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio, em detrimento das áreas das expressões.*



Conclusões

- *A dificuldade registada pelos professores titulares de turma e demais departamentos curriculares e estruturas educativas dos agrupamentos na supervisão pedagógica não facilitou também, o enquadramento das actividades de enriquecimento curricular no Projecto Educativo da Escola o que indicou rapidamente uma manifesta transferência de responsabilidades, no âmbito das áreas das expressões, para os professores das Actividades de Enriquecimento Curricular.*



Conclusões

- *Desta forma, a necessidade social sentida pelas famílias na conciliação vida familiar e vida profissional, respondida ao longo dos anos pelos Centros de Actividades de Tempos Livres, subvencionada em muitos casos pela Segurança Social ou pelas autarquias e noutros suportada integralmente pelos pais, foi rapidamente substituída **pela resposta educativa que as escolas passaram obrigatoriamente, pelo despacho, a desenvolver.***



Conclusões

- *Nesta mudança de paradigma, obviamente que se instalou, na implementação das actividades de enriquecimento, uma dinâmica rígida e demasiado formatada aos tempos curriculares, que seguindo as orientações programáticas emanadas pelo Ministério, teve de prever, numa perspectiva de cumprimento dos objectivos aí definidos, momentos de avaliação dos alunos e entrega da apreciação global aos pais e encarregados de educação.*



Conclusões

- *Partindo destes pressupostos, as metodologias da CAP no processo de monitorização do programa foram fracamente condicionadas, como facilmente revelam os instrumentos de avaliação utilizados nas visitas de acompanhamento.*
- *Comprovou-se que a Componente de Apoio à Família existe nos casos onde essa dinâmica já estava instalada na escola ou na comunidade.*



Conclusões

- *Nas escolas onde existe a necessidade e não estavam organizados os serviços, os alunos são orientados para instituições que asseguram o acompanhamento das crianças noutra escola do Agrupamento ou procuram-se ainda soluções*
- *Constatou-se a fraca envolvência da Associação de Pais na definição do melhor modelo que correspondesse aos interesses das crianças e respondesse também às necessidades sociais das famílias. São raros os protocolos que estabelecem um acordo prévio entre a Associação de Pais e o Agrupamento*



Conclusões

- *Atendendo à forte adesão das autarquias ao programa, nos concelhos onde não foram definidas parcerias numa lógica de “Escola a Tempo Inteiro” as instituições que prestavam serviços sociais às famílias, atendendo ao processo do seu afastamento na organização das actividades de enriquecimento curricular, mantiveram as suas ofertas no modelo anterior o que provocou, em muitas situações, uma duplicação de actividades e um encargo financeiro desnecessário às famílias.*



Quanto às transformações introduzidas pelo despacho

- *As AEC traduzem-se numa iniciativa meritória que deve ser acompanhada pelas famílias que as devem assumir como um factor qualitativo no percurso escolar dos seus educandos.*
- *As AEC garantem o acesso por parte dos alunos do 1º Ciclo, a um conjunto de actividades complementares constituindo-se como complemento do currículo e de valorização pessoal, esperando-se que venha a traduzir num futuro próximo num aumento das suas competências.*



Quanto às transformações introduzidas pelo despacho

- *As AEC constituem um primeiro passo no apoio à família que faltará complementar com a componente de “apoio social” através das soluções de participação estatal nos custos das mesmas, previstas no despacho mas não implementadas*



Quanto às características das actividades de enriquecimento curricular

- *Neste sentido, na implementação das actividades de enriquecimento curricular reforça-se a indispensabilidade de aplicação de estratégias e metodologias diferentes das aplicadas em contexto de sala de aula que potencie aos alunos bem-estar e tranquilidade.*



Quanto às características das actividades de enriquecimento curricular

- *Qualquer alteração que se venha a registar no futuro próximo nunca poderá acarretar um excesso de tempos curriculares obrigatórios aos alunos pelo que terá forçosamente de ter sempre subjacentes os princípios orientadores do despacho: frequência facultativa e gratuita das actividades*



Quanto às características das actividades de enriquecimento curricular

- *Sendo observada a transferência para enriquecimento curricular de áreas específicas contempladas na componente curricular, uma análise comparativa entre os sumários das áreas das expressões nos tempos curriculares e os registos escritos efectuados pelos professores das actividades de enriquecimento curricular permitirá um estudo criterioso conducente a possíveis alterações do modelo proposto no despacho.*



Quanto às competências da entidade promotora

O Papel das Autarquias

- *Deve ser dada importância aos espaços físicos utilizados, às condições em que se efectuam as deslocações e à contratação de pessoal auxiliar de apoio, os quais não se encontram tratados de forma objectiva, sendo estes factores que condicionam a tomada de decisão na implementação das AEC, e ao mesmo tempo das famílias, perante as circunstâncias em que os seus educandos participam nas actividades.*



Quanto às competências da entidade promotora

O Papel das Autarquias

- *Reforça-se, numa fase transitória, a necessidade de um financiamento distinto tendo em conta as diferentes exigências das autarquias face a escolas isoladas, a equipamentos insuficientes e a horários duplos.*
- *Assumir como prioridade a reconversão e o melhoramento do parque escolar consideradas as novas realidades (alargamento, enriquecimento e apoio à família).*



Quanto às competências da entidade promotora

O Papel das Associações de Pais

- *Perante este despacho, dever-se-á desenvolver e potenciar, a nível interno, uma discussão sobre qual o papel das Associações de Pais das escolas do 1º Ciclo na organização das actividades de enriquecimento curricular: devolver às Associações de Pais, como representantes nas escolas dos pais e encarregados de educação, a responsabilidade de assegurar que as mesmas sejam implementadas com qualidade, de acordo com o contexto social e local onde está inserida a escola, com boa utilização dos dinheiros públicos, deixando ao Agrupamento, às Autarquias e outros, o directo envolvimento na liderança destes processos.*



Quanto ao conceito de *Escola a Tempo Inteiro*

• Estes serviços terão de estar associados a uma componente de apoio à família que não só garanta a ocupação das crianças fora do período lectivo e de enriquecimento curricular bem como permita o acesso a refeições quentes nas escolas, dado ser esse também um factor que pode determinar o nível de adesão às AEC. Assim dever-se-á implementar a obrigatoriedade do serviço de refeições que algumas autarquias, apesar dos protocolos estabelecidos entre o ME e a ANMP tardam em promover e, sem o qual, a “Escola a Tempo Inteiro” perde todo o sentido.



Quanto ao conceito de *Escola a Tempo Inteiro*

- *Verifica-se adicionalmente a necessidade de ser criada uma linha de financiamento específica para a participação das famílias na Componente de Apoio à Família (CAF) organizada pelas Associações de Pais, por autarquias e instituições sem protocolos de cooperação com a Segurança Social, que permita uma equidade na frequência das famílias abrangidas por estas entidades evitando situações de exclusão social por falta de recursos financeiros.*



Quanto ao conceito de *Escola a Tempo Inteiro*

- *A integração das crianças com necessidades educativas especiais deverá ser salvaguardada, nomeadamente no que concerne à afectação dos vários apoios humanos e recursos materiais que garantam o acesso pleno, em condições de segurança e bem-estar emocional, na Escola a Tempo Inteiro.*



Quanto ao acompanhamento efectuado na implementação do despacho- O papel da CAP

- *No sentido de se fazer uma análise não enviesada da implementação do programa, que levará certamente à possibilidade de se poderem extrair conclusões relativamente ao impacto resultante do funcionamento de “outras actividades”, surge a necessidade de se criarem instrumentos de avaliação que meçam a qualidade da oferta dessas “outras actividades”, além das de eleição, preconizadas no despacho, e que não têm de cumprir, obrigatoriamente, linhas programáticas emanadas pelo Ministério da Educação.*



Quanto ao acompanhamento efectuado na implementação do despacho- O papel da CAP

• *Para que sejam introduzidas as correctas alterações ao despacho manifesta-se a necessidade de uma avaliação séria na implementação do programa. Para o efeito, dever-se-á promover a criação de **Comissões Municipais de Acompanhamento** destas medidas, através dos Conselhos Municipais de Educação, que tenham um carácter regulador e de monitorização / avaliação local . Transferir este modelo para dentro dos Agrupamentos poderá originar a constituição de comissões, no âmbito das competências da Assembleia de Escola, que funcionarão como observatórios de qualidade. Proceder, adicionalmente, a um levantamento de satisfação dos pais constatando os verdadeiros constrangimentos locais permitirá efectuar eventuais correcções para o próximo ano lectivo.*



Quanto ao acompanhamento efectuado na implementação do despacho- O papel da CONFAP

•Face ao número reduzido de guiões preenchidos devolvidos aconselha-se que nas próximas visitas de acompanhamento, que se irão realizar durante o 3º período, os membros do Conselho Executivo estejam mais directamente implicados no sentido de permitir uma melhor recolha da informação conduzindo, por tal, a uma melhor análise dos dados obtidos com vista à melhoria do programa e à introdução de ajustes já para o próximo ano lectivo, nomeadamente no que concerne à Componente de Apoio à Família.



Quanto ao acompanhamento efectuado na implementação do despacho- O papel da CONFAP

- *No sentido de agilizar a recolha dos dados necessários ao estudo pormenorizado, torna-se eminente a rectificação da grelha de acompanhamento, introduzindo-lhe alguns itens que se detectaram inconclusivos, neste primeiro momento de avaliação e retirando outros indicadores de menor relevância para a análise.*



Quanto às alterações a introduzir no despacho

- *Constatados os vários constrangimentos na implementação da Escola a Tempo Inteiro e defendendo a autonomia de cada escola a solução certamente não poderá surgir do Ministério da Educação, como se todo o País fosse igual ou por imposição da entidade promotora, como se todas as crianças tivessem as mesmas necessidades sociais e educativas.*



Quanto às alterações a introduzir no despacho

• *Face à realidade comprovada pelas visitas de acompanhamento promovidas pela CAP, pelos estudos levados a efeito pelas várias Associações Profissionais, CONFAP e ANMP afigura-se como primordial o desenvolvimento de um modelo assente num financiamento por Projecto de Enriquecimento Curricular, o qual defina um número de actividades e de condições para a sua total abrangência tendo em atenção as realidades de cada concelho e em cada concelho a realidade de cada agrupamento, assente em compromissos aceites por todos os intervenientes no processo educativo.*